

REENERGISA GERAÇÃO  
FOTOVOLTAICA III S/A

RESULTADOS  
2025

 reenergisa

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA III S/A  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA III S/A

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	5.129	2.474
Clientes	5	560	110
Tributos a recuperar	7	33	33
Adiantamentos a fornecedores	6	97	97
Outros créditos		24	28
<b>Total do circulante</b>		<b>5.843</b>	<b>2.742</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	7	114	30
		<b>114</b>	<b>30</b>
Imobilizado	9	23.536	23.956
Intangível	10	569	1.233
<b>Total do não circulante</b>		<b>24.219</b>	<b>25.219</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>30.062</b>	<b>27.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	354	354
Arrendamentos operacionais	14	34	63
Impostos e contribuições sociais	15	235	94
Outros passivos		519	819
<b>Total do circulante</b>		<b>1.142</b>	<b>1.330</b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamentos operacionais	14	480	454
Outros passivos		1.311	1.310
<b>Total do circulante</b>		<b>1.791</b>	<b>1.764</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16	32.258	24.052
Prejuízos acumulados	20	(5.129)	(7.391)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	8.206
<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital</b>		<b>27.129</b>	<b>24.867</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>30.062</b>	<b>27.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA III S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	17	3.619	2.023
Custo de Operação	18	(1.111)	(1.384)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.508</b>	<b>639</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(49)	(198)
Outras receitas/despesas		(9)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>2.450</b>	<b>441</b>
Receitas financeiras	19	416	147
Despesas financeiras	19	(92)	(450)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>324</b>	<b>(303)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>2.774</b>	<b>138</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(512)	(255)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>2.262</b>	<b>(117)</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$</b>	20	<b>0,14</b>	<b>(0,01)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	20	2.262	(117)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>		<b>2.262</b>	<b>(117)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO S/A**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>21.004</b>	<b>(7.274)</b>	<b>3.048</b>	<b>16.778</b>
Aumento de capital com AFAC conforme AGE de 24/04/2024	16	3.048	-	(3.048)	-
Prejuízo do exercício	20	-	(117)	-	(117)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	8.206	<b>8.206</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>24.052</b>	<b>(7.391)</b>	<b>8.206</b>	<b>24.867</b>
Aumento de capital com AFAC conforme AGE de 29/04/2025	16	8.206	-	(8.206)	-
Lucro do exercício	20	-	2.262	-	2.262
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>32.258</b>	<b>(5.129)</b>	<b>-</b>	<b>27.129</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A  
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	17	3.756	2.099
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		(1)	-
		3.755	2.099
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Serviços de terceiros	18	(1)	(12)
Outros custos operacionais		(58)	(19)
		(59)	(31)
<b>Valor adicionado bruto</b>			
Depreciação e amortização	18	(1.084)	(1.388)
		2.612	680
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>			
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	19	416	147
		416	147
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>			
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		649	331
Estaduais		26	128
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros	19	92	451
Aluguéis		(1)	34
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Lucros retidos / Prejuízos acumulados	20	2.262	(117)
		3.028	827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício	20	2.262	(117)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	512	255
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		(347)	308
Depreciação e amortização	18	1.084	1.388
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		1	-
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		(451)	92
Tributos a recuperar		(596)	(53)
Outros créditos		4	(44)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		-	74
Impostos e contribuições sociais		528	(151)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(387)	(51)
Folha de pagamento		-	(14)
Adiantamento de clientes		-	-
Outros passivos		(299)	1.635
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais</b>		<b>2.311</b>	<b>3.322</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		416	147
Aplicações no imobilizado e intangível	09 e 10	(43)	(3.491)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	09 e 10	43	36
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>416</b>	<b>(3.308)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de debentures - principal e juros	13	-	(8.259)
Pagamento arrendamento mercantil	14	(72)	(72)
Aumento de capital		-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.206
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>		<b>(72)</b>	<b>(125)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>2.655</b>	<b>(111)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	2.474	2.585
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	5.129	2.474
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>2.655</b>	<b>(111)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Reenergisa Geração Fotovoltaica III S.A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

## 1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica III (“Reenergisa III” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, possui sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Maria Silva Garcia, Granja Marileusa, na qual e tem por objetivo específico desenvolver, implantar e explorar uma usina solar de até 2,5 MWP (megawatt pico) (“Usina Solar”), no município de Itaobim, Estado de Minas Gerais. A exploração da usina solar é realizada através de locação a terceiros de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia solar fotovoltaica.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 01 de novembro de 2024, a Vision Sistemas Ltda, de maneira irretratável e irrevogável, consentiu com a subscrição e integralização pela ALSOL das ações nominativas ordinárias da Vision Itaobim SPE S/A.

A Companhia teve a denominação social alterada de Vision Itaobim SPE S/A para Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A, conforme arquivamento na junta comercial em 14 de novembro de 2024.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e demais normas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 – Clientes;
- II. Nota explicativa nº 9 – Imobilizado
- III. Nota explicativa nº 17 – Receita operacional líquida.

## 3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 3.1 Políticas contábeis materiais

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**b) Clientes** – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

**c) Tributos a recuperar** – referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda de contribuição social sobre o lucro, ICMS e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;

**d) Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado (nota explicativa nº 9).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

e) **Intangível** – compreendem, principalmente a direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) e softwares.

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

f) **Redução a valor recuperável**

**Ativo não financeiro:**

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda

do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

**Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- g) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

- h) **Debêntures** – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

**i) Provisões** - são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

**j) Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

**k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

## **l) Instrumentos financeiros**

### **Ativos financeiros:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de

principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;

- Clientes - nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 21.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.
---	--

#### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**m) Cobertura de seguros** - a política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.

**n) Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

#### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos são constituídos, principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 87,0% (87,0% em 2024) do CDI.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	58	312
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>		
Operações Compromissadas	5.071	2.162
<b>Total caixa e equivalentes de caixa – circulante <sup>(*)</sup></b>	<b>5.129</b>	<b>2.474</b>

(\*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

#### 5. Clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes	43	74
Consórcio Alsolar <sup>(1)</sup>	517	36
<b>Total - Circulante</b>	<b>560</b>	<b>110</b>

(1) O consórcio Alsolar que tem como líder a sua controladora Alsol, trata da execução de Usinas Fotovoltaicas.

#### 6. Adiantamento a Fornecedores

	2025	2024
Renovagy Brasil Energis Controle Sistemas	80	80
Outros	17	17
<b>Total - Circulante</b>	<b>97</b>	<b>97</b>

#### 7. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	114	34
ISS a Recuperar	-	23
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4	-
Encargos Sociais	6	6
Outros	23	-
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>63</b>
<b>Total - circulante</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
<b>Total - não circulante</b>	<b>114</b>	<b>30</b>

## 8. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita de prestação de serviços	3.756	3.756	2.099	2.099
Alíquotas de presunção	32%	32%	32%	32%
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.202</b>	<b>1.202</b>	<b>672</b>	<b>672</b>
Receita sobre aplicações financeiras	290	290	147	147
Outras receitas financeiras	84	84	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>374</b>	<b>374</b>	<b>147</b>	<b>147</b>
<b>Base de cálculo total</b>	<b>1.576</b>	<b>1.576</b>	<b>819</b>	<b>819</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(236)</b>	<b>(142)</b>	<b>(123)</b>	<b>(74)</b>
<b>Adicional IRPJ (10% superior da base a R\$20 por mês)</b>	<b>(134)</b>	<b>-</b>	<b>(58)</b>	<b>-</b>
<b>Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(370)</b>	<b>(142)</b>	<b>(181)</b>	<b>(74)</b>

## 9. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adições	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
<b>Custo</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	808	-	-	-	-	808
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	4,08%	24.488	-	34	(57)	-	24.465
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>25.296</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>(57)</b>	<b>-</b>	<b>25.273</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(2)	-	-	-	(27)	(29)
Máquinas e equipamentos		(1.341)	-	-	14	(996)	(2.323)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(1.343)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>(1.023)</b>	<b>(2.352)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>23.953</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>(43)</b>	<b>(1.023)</b>	<b>22.921</b>
Imobilizado em curso		3	43	569	-	-	615
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>23.956</b>	<b>43</b>	<b>603</b>	<b>(43)</b>	<b>(1.023)</b>	<b>23.536</b>

<sup>(1)</sup> Transferência do Intangível – software e outros.

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	-	-	808	-	808
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	4,07%	-	4	24.484	-	24.488
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	<b>25.292</b>	<b>-</b>	<b>25.296</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	(1.341)	(1.341)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.343)</b>	<b>(1.343)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	<b>25.292</b>	<b>(1.343)</b>	<b>23.953</b>
Imobilizado em curso		21.808	3.487	(25.292)	-	3
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>21.808</b>	<b>3.491</b>	<b>-</b>	<b>(1.343)</b>	<b>23.956</b>

<sup>(2)</sup> Inclui R\$1.310 (R\$1.310 em 2024) deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

## 10. Intangível

	2025	2024
Intangível – softwares e outros	92	735
Intangível – direito de uso	477	498
<b>Total</b>	<b>569</b>	<b>1.233</b>

### 10.1 Intangível – Software e outros

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Transferências <sup>(1)</sup>	Amortização	Saldos em 2025
<b>Em serviço</b>					
Custo	20,00%	200	-	-	200
Amortização Acumulada		(68)	-	(40)	(108)
Em Curso		603	(603)	-	-
<b>Total de Intangível – software e outros</b>		<b>735</b>	<b>(603)</b>	<b>(40)</b>	<b>92</b>

<sup>(1)</sup> Transferência para o Imobilizado.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Amortização	Saldos em 2024
<b>Em serviço</b>				
Custo	6,50%	200	-	200
Amortização Acumulada		(43)	(25)	(68)
Em Curso		603	-	603
<b>Total de Intangível – software e outros</b>		<b>760</b>	<b>(25)</b>	<b>735</b>

## 10.2 Intangível – Direito de Uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Em serviço				
Custo	4,04%	520	-	520
Amortização Acumulada		(22)	(21)	(43)
<b>Total</b>		<b>498</b>	<b>(21)</b>	<b>477</b>

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Em serviço					
Custo	3,85%	556	(36)	-	520
Amortização Acumulada		(2)	-	(20)	(22)
<b>Total</b>		<b>554</b>	<b>(36)</b>	<b>(20)</b>	<b>498</b>

## 11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (100,0% do capital total).

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados <sup>(1)</sup>	Saldo a receber <sup>(1)</sup>	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(2)</sup>
Alsol Energias Renováveis S/A	2.970	517	-
<b>2025</b>	<b>2.970</b>	<b>517</b>	<b>-</b>
<b>2024</b>	<b>1.489</b>	<b>36</b>	<b>(8.206)</b>

<sup>(1)</sup> Serviço de geração distribuída.

<sup>(2)</sup> Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

## 12. Fornecedores

	2025	2024
Serviços e Materiais	354	354
<b>Total – Circulante</b>	<b>354</b>	<b>354</b>

### 13. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2024
<b>Mensuradas ao custo amortizado - Pós fixado</b>					
IPCA	7.907	(8.042)	(217)	352	-
<b>Total do custo</b>	<b>7.907</b>	<b>(8.042)</b>	<b>(217)</b>	<b>352</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.794</b>				<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.113</b>				<b>-</b>

As dívidas foram liquidadas antecipadamente em maio de 2024.

### 14. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	517	(72)	69	514
<b>Total</b>			<b>517</b>	<b>(72)</b>	<b>69</b>	<b>514</b>
<b>Circulante</b>			<b>63</b>			<b>34</b>
<b>Não circulante</b>			<b>454</b>			<b>480</b>

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	553	(72)	36	517
<b>Total</b>			<b>553</b>	<b>(72)</b>	<b>36</b>	<b>517</b>
<b>Circulante</b>			<b>63</b>			<b>63</b>
<b>Não circulante</b>			<b>490</b>			<b>454</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	21
2028	21
2029	21
2030	21
2031	21
Após 2031	375
<b>Total</b>	<b>480</b>

## 15. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	20	3
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	132	41
Impostos sobre Serviços - ISS	7	7
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	-	9
Contribuição social s/o lucro - CSLL	50	17
Tributos e contribuições retidos na fonte (IRR/PIS/COFINS/CSLL)	12	3
Encargos sociais	14	14
<b>Total - circulante</b>	<b>235</b>	<b>94</b>

## 16. Patrimônio líquido

### 16.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$32.258 (R\$24.052 em 2024) e está representado por 18.539.762 (10.334.065 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.206, mediante a emissão de 8.205.697 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital de R\$24.052 para R\$32.258.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Alsol Energias Renováveis S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

## 17. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de Equipamentos	3.756	2.099
PIS	(24)	(13)
COFINS	(113)	(63)
Total das deduções à receita operacional	(137)	(76)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.619</b>	<b>2.023</b>

## 18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2025	2024
Materiais	1	-	1	-
Serviços de terceiros	-	-	-	12
Depreciação e amortização	1.023	61	1.084	1.388
Provisão p/crédito liquidação duvidosa	1	-	1	-
Outras	86	(12)	74	182
<b>Total</b>	<b>1.111</b>	<b>49</b>	<b>1.160</b>	<b>1.582</b>

## 19. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicações financeiras	416	147
<b>Total receita financeira</b>	<b>416</b>	<b>147</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos de dívidas – juros	-	(254)
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	-	(98)
Ajuste a valor presente	-	(67)
Juros/Multas pagos	(69)	(1)
Despesas Bancárias	(23)	(30)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(92)</b>	<b>(450)</b>
<b>Receitas e despesas financeiras líquidas</b>	<b>324</b>	<b>(303)</b>

## 20. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	2.262	(117)
Média ponderada das ações	15.805	9.318
Lucro (prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ <sup>(1)</sup>	<b>0,14</b>	<b>(0,01)</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2025		2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalente de caixa	5.129	5.129	2.474	2.474
Clientes	560	560	110	110
	<b>5.689</b>	<b>5.689</b>	<b>2.584</b>	<b>2.584</b>

	2025		2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Fornecedores	354	354	354	354
Arrendamentos Operacionais	514	514	517	517
	<b>868</b>	<b>868</b>	<b>871</b>	<b>871</b>

### Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora indireta Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.128	2.474
Dívida líquida	5.128	2.474
Patrimônio líquido <sup>(2)</sup>	27.129	24.867
Índice de endividamento líquido	<b>0,19</b>	<b>0,01</b>

<sup>(1)</sup> A dívida é definida como debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

<sup>(2)</sup> O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Fornecedores	354	-	-	-	354
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>354</b>

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de sistema fotovoltaico, prestação de serviços e locação, sendo esse risco administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2025	2024
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	5.129	2.474
Cientes	5	560	110

## 22. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

## 23. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado
			2025
Risco Operacional	06/10/2026	90.000	28
Total			28

## 24. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, é o que segue:

Descrição	2025	2024
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aumento de capital	-	8.206

\*\*\*